

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

(2004 - 2005)

Acordo Coletivo de Trabalho que entre si firmam, de um lado o **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SENALBA/SC**, CNPJ nº 77.910.255/0001-16, com sede à rua Tenente Silveira, 200, sala 306, Edifício Atlas, 3º andar, nesta Capital, neste ato representado por seu Presidente **Sr. JOÃO CARLOS NUNES MOTA**, CPF nº 029.850.989-07 e a **ASSOCIAÇÃO DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, CNPJ nº 83.930.198/0001-30 neste ato representado pelo seu Presidente **Sr. ISAIR DALLAZEN**, CPF nº 359.389.869-15 com anuência do **SINDICATO DAS ENTIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SECRASO/SC**, CNPJ nº 85.210.037/0001-05, pelo seu Presidente **Sr. CÉSAR MURILO BARBI**, CPF nº 008.155.359-53 fica estabelecido o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**, regido pelas Cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira — REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal serão reajustados em 1º de outubro de 2004, mediante a aplicação do percentual de 8,50%(oito vírgula cinqüenta por cento), permitida a compensação de antecipações havidas no período de doze meses imediatamente anterior.

Cláusula Segunda - ANUÊNIO

Fica mantido aos empregados da Associação, o anuênio, no percentual de 1%(um por cento) sobre a remuneração mensal, retroagindo a contagem do tempo a partir de 1º de outubro de 1992.

Cláusula Terceira - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE

Serão abonadas as faltas do empregado nos horários de exames regulares ou vestibulares, coincidentes com os de trabalho, desde que realizados em estabelecimentos de ensino oficial ou autorizados legalmente, pré-avisando a Associação com mínimo de 72(setenta e duas) horas e mediante comprovação oportuna.

Cláusula Quarta - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

Fica dispensado do cumprimento do aviso prévio integral no caso de o empregado obter novo emprego antes do término do referido aviso, recebendo este em tais casos, o proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

Cláusula Quinta - ABONO DE FALTAS DO EMPREGADO

Será abonada a falta do empregado no caso de necessidade de consulta médica a dependente legal, mediante comprovação médica.

Cláusula Sexta - UNIFORMES E CALÇADOS

Serão fornecidos uniformes e calçados aos empregados, gratuitamente, quando a Associação exigir o seu uso.

Cláusula Sétima - GARANTIAS ESPECIAIS DE EMPREGO

Haverá garantia de emprego nas seguintes condições:

- a) SERVIÇO MILITAR - Será garantido o emprego ao empregado alistado para prestação de serviço militar obrigatório, a partir do recebimento, pela Associação, da notificação de que será efetivamente incorporado, até 90(noventa) dias após a sua desincorporação, ressalvada a dispensa por motivo disciplinar.
- b) AUXÍLIO DOENÇA - Ao empregado que estiver ou vier a estar em gozo de auxílio doença previdenciário e, desde que o afastamento seja superior a 30 (trinta) dias ininterruptos, até 60(sessenta) dias após a alta médica, ressalvada a dispensa por motivo disciplinar.

Cláusula Oitava - ADICIONAL NOTURNO

A Associação concederá adicional noturno no horário compreendido entre 22:00 e 05:00 horas, de 30% (trinta por cento).

Cláusula Nona - AVISOS E COMUNICAÇÕES

A Associação destinará local apropriado para a colocação de avisos e comunicações de interesse da categoria, vedada, porém qualquer publicação suscetível de prejudicar a normalidade das relações entre a Associação e seus empregados.

Cláusula Décima - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Ao empregado que se demitir antes de completar 12 (doze) meses de serviço será assegurado o direito a férias proporcionais (Enunciado 261, TST).

Cláusula Décima Primeira - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

A Associação antecipará a 1º (primeira) parcela do 13º salário até o mês de maio de 2005.

Cláusula Décima Segunda - AUXÍLIO FUNERAL

Será concedido auxílio funeral correspondente a 05 (cinco) salários mínimos a família do empregado falecido.

Cláusula Décima Terceira - LICENÇA PRÊMIO

A cada 10 (dez) anos de efetivo serviço na Associação terá o empregado direito a uma licença prêmio de 30 (trinta) dias.

- a) - Para efeito de contagem de tempo, considera-se a data de admissão como termo inicial.
- b) - A licença prêmio será concedida por ato da Associação, nos doze meses seguintes a aquisição do direito.
- c) - Concessão deste benefício só será devida se completado o período aquisitivo de 10 (dez) anos, exceto nos casos de rescisão contratual sem justa causa e aposentadoria por invalidez, quando será integralmente devida e convertida em numerário, se ultrapassar 08 (oito) anos, e proporcionalmente, se for igual ou menor.
- d) - A licença será concedida pela Associação num prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da data de aquisição do direito, exceto se formalmente postergada pelo empregado, em acordo com a APCEF/SC.
- e) - Quando postergada, a licença deverá ser concedida pela Associação e gozada pelo empregado, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de aquisição do direito pelo empregado.
- f) - O empregado não poderá ter no período aquisitivo 08 (oito) ou mais faltas não justificadas, implicando no caso de tê-las na perda da licença prêmio, inclusive no caso de rescisão contratual de trabalho com ou sem justa causa.

Cláusula Décima Quarta - ANOTAÇÕES EM CARTEIRA DE TRABALHO

A Associação fica obrigada a promover a anotação em CTPS do empregado, o salário correspondente a função ou cargo efetivamente bem como as gratificações.

Cláusula Décima Quinta - CURSOS E REUNIÕES

Os cursos e reuniões, quando de comparecimento exigido pela Associação, deverão ser realizados durante a jornada de trabalho ou, se fora dela, mediante o pagamento de horas extras, bem como quando do deslocamento do empregado para outros municípios.

Cláusula Décima Sexta - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO

A Associação fornecerá ao seu empregado a segunda via do contrato de trabalho.

Cláusula Décima Sétima - ATESTADO MÉDICO E/OU ODONTOLÓGICO

Os atestados fornecidos pelos médicos e dentistas do SUS serão aceitos pela Associação abrangidas pelo Acordo observada as disposições da Portaria Ministerial 3291, de 20 de fevereiro de 1984, do Ministério do Estado da Previdência Social, desde que a Associação não disponha de serviço médico para seus empregados.

Cláusula Décima Oitava - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

A Associação deverá enviar ao Sindicato a relação dos empregados abrangidos pela Contribuição Sindical, Contribuição Assistencial e Mensalidade, com os respectivos dados de cada empregado (nome, valor do salário, valor do recolhimento) até 30 (trinta) dias após o recolhimento.

Cláusula Décima Nona - DO AVISO PRÉVIO

No caso de empregado com 10 (dez) ou mais anos de serviço na Associação, ou 45 (quarenta e cinco) ou mais anos de idade despedido sem justa causa, o aviso prévio será de 40 (quarenta) dias.

Cláusula Vigésima - CHEQUE ALIMENTAÇÃO

A Associação manterá o fornecimento a todos os seus empregados o Cheque Alimentação (APCEF), no valor mensal não inferior a R\$ 174,00 (cento e setenta e quatro reais), pago no início do mês correspondente.

Cláusula Vigésima Primeira - TICKET ALIMENTAÇÃO

A partir de outubro de 2004 a Associação implantará aos empregados que tenham jornada de oito (8) horas diárias o Ticket Alimentação, no valor facial de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia efetivamente trabalhado, a ser entregue no início do mês correspondente.

Cláusula Vigésima Segunda - PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE HORAS

Fica facultado à Associação, nos serviços que assim o exigir, estabelecer jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, mediante acordo individual com o empregado, sempre com assistência do Senalba-SC.

Cláusula Vigésima Terceira - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL

A APCEF fica obrigada a descontar de todos os seus empregados sindicalizados a importância de 3% (três por cento) do salário nominal destes, no mês de junho de 2005, recolhendo aos cofres do Sindicato até o dia 10 (dez) de julho de 2005, mediante Guia de Contribuição Assistencial fornecida pelo SENALBA-SC, na conformidade do Artigo 513 letra "e" da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo Único - A APCEF se obriga a promover o recolhimento das quantias ainda que não descontadas do empregado, no prazo mencionado no "caput".

Cláusula Vigésima Quarta - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

A APCEF recolherá até o dia 10 de janeiro de 2005, a título de Contribuição Assistencial Patronal, o percentual de 2,0% (dois por cento) sobre a folha de salário correspondente ao mês de dezembro de 2004.

Parágrafo Único - A Contribuição acima será paga através de guia própria, fornecida pela Entidade Sindical Econômica - SECRASO-SC.

Cláusula Vigésima Quinta – EXCLUSÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

A Associação acordante fica excluída da Convenção Coletiva de Trabalho 2004/2005, firmada com a Entidade Patronal.

Cláusula Vigésima Sexta - PENALIDADE

Fica estabelecida multa de 10% (dez por cento) do Salário Mínimo pelo descumprimento de qualquer Cláusula deste Acordo Coletivo de Trabalho, revertendo a mesma em favor da parte prejudicada.

Cláusula Vigésima Sétima - VIGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 1º de outubro de 2004.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente.

Florianópolis, 22 de novembro de 2004.

João Carlos Nunes Mota
Presidente do SENALBA/SC
CPF nº 029.850.989-07

Isair Dallazen
Presidente da Associação do Pessoal
da Caixa Econômica Federal/SC
CPF nº 359.389.869-15

César Murilo Barbi
Presidente do SECRASO/SC
CPF nº 008.155.359-53

Testemunhas: _____
